



Comissão Pastoral da Terra – Secretaria Nacional  
Assessoria de Comunicação

RELEASE

## Direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo sob intenso ataque

No ano de 2015, a CPT com a contribuição de pesquisadores, iniciou em sua publicação uma análise do acompanhamento de ações legislativas na Câmara e Senado Federal que, de alguma forma, feriam os direitos dos povos do campo. O que se percebia, naquele momento, é que o resultado eleitoral de 2014 levara às duas casas legislativas o Congresso mais conservador desde o período militar.

Como se pode ver nesta edição do *Conflitos no Campo Brasil 2016*, multiplicam-se ações propostas pelo Executivo, como projetos oriundos da Câmara e do Senado, que visam desconstruir conquistas dos camponeses e trabalhadores e trabalhadoras do campo. São Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Propostas de Emendas Constitucionais e Decretos que afetam diretamente povos e comunidades do campo. O ataque se consubstancia ainda, na gestão ilegítima de Temer, na nomeação de pessoas para altos cargos abertamente contrárias aos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outras comunidades camponesas e na extinção de ministérios e autarquias que deviam se preocupar com os direitos humanos; e na diminuição de recursos e de pessoal para órgãos responsáveis por garantir algumas políticas sociais, como Funai, Incra, Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho. Transparece também na tentativa de impedir a divulgação da Lista Suja do Trabalho Escravo em que a preocupação maior é como proteger os responsáveis pela exploração do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo, não as pessoas que sofrem a exploração.

Os assalariados rurais também estão sob a mira do Congresso. O Projeto de Lei 6442/2016, do deputado Nilson Leitão **que institui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências**, é um projeto que acaba desmontando todo o arcabouço de leis que garantiam um mínimo de direitos aos trabalhadores assalariados rurais. E para analisa-lo foi criada uma Comissão Especial que permite uma tramitação mais rápida. Este projeto aposta tudo no “negociado” sobre o legislado e põe em segundo plano as negociações e acordos coletivos de trabalho, valorizando o contrato individual.

A diferença de análise entre 2015 e 2016 é que em **2015** os ataques tinham raízes em PLs antigos, sendo **apenas 7 ações iniciadas naquele ano**, isto é, deputados e senadores centraram esforços para desarquivar ou reavivar projetos “esquecidos” de interesse direto do agronegócio. **Em 2016, ano do Golpe, além dos desarquivamentos, novas propostas pipocaram do Legislativo e Executivo. Foram 11 novos projetos e propostas no âmbito das Leis e 29 projetos de Decretos Legislativos para reversão de conquistas e retomadas de terra, totalizando 40 ações de ataque aos homens e mulheres do campo.** O ímpeto das ações violentas dos ruralistas não se materializa apenas contra as figuras das lideranças rurais, militantes e índios, ele emerge também nas ações legislativas como violência política.